PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ESPECIALIZAÇÃO EM RELAÇÕES
INTERNACIONAIS PARA DOCENTES DA
EDUCAÇÃO BÁSICA

REGIONALISMO E IDENTIDADE: A AMÉRICA LATINA RETRATADA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA DO ENSINO FUNDAMENTAL

WAGNER MARTINS MOREIRA

Foz do Iguaçu
2024

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ESPECIALIZAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS PARA DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

REGIONALISMO E IDENTIDADE: A AMÉRICA LATINA RETRATADA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA DO ENSINO FUNDAMENTAL

WAGNER MARTINS MOREIRA

Trabalho de conclusão de curso apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Relações Internacionais da UNILA (Universidade Federal da Integração Latino-Americana), para obtenção de grau em especialização em Relações Internacionais para docentes da educação básica.

Orientador: Profa. Dra. Ana Paula Domingos Baladeli

Foz do Iguaçu
2024

WAGNER MARTINS MOREIRA

REGIONALISMO E IDENTIDADE: A AMÉRICA LATINA RETRATADA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA DO ENSINO FUNDAMENTAL

Trabalho de conclusão de curso apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Relações Internacionais da UNILA (Universidade Federal da Integração Latino-Americana), para obtenção de grau em especialização em Relações Internacionais para docentes da educação básica.

Orientador: Profa. Dra. Ana Paula Domingos Baladeli

SUMÁRIO

1. **INTRODUÇÃO**.....05
2. **JUSTIFICATIVA**.....07
3. **OBJETIVOS** 09
4. **METODOLOGIA**.....10
5. **RETRATOS DA AMÉRICA LATINA NOS LIVROS DIDÁTICOS**.....10
5.1 Expedições Geográficas, de Melhem Adas e Sergio Adas 15
5.2 Araribá Conecta – Geografia.....20
6. **DISCUSSÃO DOS RESULTADOS** 25
7. **CONSIDERAÇÕES FINAIS**.....29
8. **REFERÊNCIAS** 32
9. **ANEXOS**.....34

1. INTRODUÇÃO

O Brasil muitas vezes negligencia sua identidade latino-americana no sistema educacional devido ao processo histórico de supressão cultural impostos pela colonização passada na região latino-americana em que se encontra o país em relação aos demais países da América Latina e Caribe. Na área da educação é visível uma abordagem que valoriza principalmente os padrões do Ocidente ao mesmo tempo que negligencia as influências e diversidades latino-americanas na formação da identidade nacional do Brasil.

A falta de uma presença marcante da América Latina e do Caribe no cotidiano dos professores brasileiros resulta de um sistema educacional que ao longo dos anos fortaleceu o conceito de uma nação homogênea que não reconhece as diferenças presentes em sua sociedade. Conforme Streck (2023) apontou, esse cenário se reflete na forma como as histórias e culturas indígenas, quilombolas, camponeses são tratadas nos programas escolares, frequentemente sendo deixadas de lado ou distorcidas. Segundo Dussel (1993), a construção de uma identidade nacional fundamentada nos padrões do Ocidente, reforça estereótipos que perpetuam desigualdades e ignoram as complexidades e lutas históricas dos povos que realmente moldam a identidade da América Latina. O autor argumenta que a 'filosofia da libertação' busca desfazer essa colonização cultural e dar voz aos povos que foram historicamente oprimidos. No âmbito educacional, isso implica em uma análise crítica das narrativas que negligenciam a diversidade latino-americana e na promoção de uma pedagogia que traga à tona essas vozes caladas.

A partir de uma reflexão crítica, é possível notar, durante as aulas de Geografia com alunos do oitavo ano do Ensino Fundamental, a percepção da identidade latino-americana entre os estudantes dessa faixa etária que geralmente não são expostos a discussões mais aprofundadas sobre a América Latina e que, frequentemente, limitam-se às perspectivas difundidas pela mídia ou pelo currículo convencional. Ao estimular uma análise sobre o sentimento de pertencimento à América Latina com esses alunos percebe-se que muitos não se enxergam como integrantes desse conceito Latino Americo. Determinar quem é considerado latino ou não se revelou uma tarefa complexa em si mesma; ressaltando que o conceito da América Latina vai além de aspectos básicos como idioma ou influência da colonização ibérica. Em vez disso, deveria ser encarado como um ambiente

desafiador em que novas identidades são continuamente formadas, tendo sido moldadas por uma narrativa marcada pela luta contra o colonialismo e outras manifestações de opressão externa.

De acordo com Prado e Pellegrino (2014) uma das grandes influências na formação da identidade latino-americana é a batalha contra o colonialismo e outras formas opressivas vindas do exterior - como o imperialismo - que envolvem tanto aspectos culturais quanto políticos e requerem a reelaboração das narrativas e a busca por autonomia para resistir às pressões externas.

A separação entre o Brasil e os demais países da América Latina é principalmente resultado de diversas medidas políticas, econômicas culturais que foram estabelecidas durante o século XIX continuam exercendo impactos significativos nas relações do país com suas nações vizinhas. Na visão de Marini em sua obra 'Teoria da Dependência', a concepção de um “Brasil subimperialista” gerou uma perspectiva em que o Brasil é visto como superior aos demais países da região, mais afinado com os valores de progresso e modernidade do Ocidente do que com as vivências e batalhas da América Latina.

No âmbito econômico, por exemplo, essa divisão se evidencia na forma como as fronteiras entre países são empregadas para sustentar o funcionamento do comércio - determinando quem está “incluído” ou “excluído", quem é considerado cidadão ou marginalizado., Esse procedimento acaba por perpetuar as disparidades existentes e dificulta uma integração efetiva entre as nações latino-americanas. A falta de conhecimento sobre a América Latina e o Caribe é perpetuada pela educação que não reconhece a diversidade e a riqueza cultural da região. Isso resultou em uma visão simplificada e uniformizada do que é ser latino-americano, Streck (2023).

Reconhecer e valorizar essa variedade é fundamental para criar um sistema educacional que genuinamente represente a realidade da América Latina. O desafio significativo consiste em superar o atual modelo educacional que ainda reflete marcas do colonialismo e contribui para a perda de memória das histórias e identidades dos povos latino americanos, Báez (2010). Paulo Freire, ao discutir a educação como um ativo de liberdade, destaca a importância de resgatar as vozes suprimidas e promover uma pedagogia que enalteça o pluralismo e a diversidade.

É importante salientar que, em consonância com Choppin (2004), os livros didáticos desempenham um papel fundamental na definição da perspectiva

dos alunos sobre o mundo ao seu redor. Examiná-los é essencial para compreender como a América Latina é retratada ou muitas vezes omitida no sistema educacional. Esses estudos nos permitem refletir sobre se a América Latina é composta apenas por países com língua latina ou se todos foram colonizados por nações ibéricas. Temos a oportunidade também questionar se a colonização foi exclusivamente exploratória ou se a região está fadada ao fracasso por causa da contínua exploração externado resíduos desgastantes. As potências coloniais como Espanha, Portugal, França, Inglaterra e Estados Unidos alcançaram seu domínio não apenas pela força, mas também contaram com a cooperação das elites locais ?

Estas questões são essenciais e ao serem discutidas podem promover uma reflexão crítica sobre o conteúdo ensinado. Ao examinar os livros escolares é possível averiguar se esses recursos ajudam na simplificação e padronização da diversidade da América Latina ao reduzir os complexos desafios históricos, sociais e econômicos para uma única narrativa, o que pode resultar numa percepção distorcida limitada da região.

Um dos muitos desafios enfrentados ao utilizar um livro didático é o risco de torná-lo uma ferramenta tediosa que se transformaria na única fonte de conhecimento supostamente irrefutável quando mal utilizado. Nesse sentido, entendemos o bom uso desse material com base em Melatti (2019) que defende ser essencial explorar minuciosamente todos os elementos disponíveis nele, como mapas, figuras, tabelas e exercícios. Isso implica que o livro não deve se limitar a ser apenas informativo, mas sim atuar como um recurso dinâmico para estimular a imaginação, a reflexão e a capacidade de pensamento crítico dos estudantes. Escolher usar esse recurso de forma acrítica pode moldar alunos que simplesmente regurgitam informações sem perceberem a existência de outras perspectivas para interpretarem fatos ou fenômenos ao seu redor.

2. JUSTIFICATIVA

O tema da presente pesquisa – análise de livros didáticos de Geografia – foi escolhido em razão da atuação profissional do pesquisador no Ensino Fundamental Anos Finais na rede pública de Ribeirão Preto, SP.

O contato com o livro didático é de extrema importância pois molda diretamente a percepção dos estudantes sobre o mundo ao seu redor. Também é

comum que esses recursos sejam a única fonte de aprendizado disponível, o que destaca ainda mais o valor de uma análise minuciosa dos seus conteúdos. Como destaca Callai (2016, apud COPATTI; SANTOS, 2019), "o livro didático ainda desempenha um papel de destaque em muitos palcos escolares, seja por ser o único material de leitura em muitos lares brasileiros".

Minha graduação em Geografia me proporcionou uma visão crítica sobre a seleção e o uso de livros didáticos. Durante esse período de estudos acadêmicos superior em Geografia na universidade federal do meu país (UFMP), aprendi a não só analisar o conteúdo dos livros usados no ensino básico, mas também a reconhecer as ideias e temas que foram deliberadamente ignorados nesses materiais educativos como mencionado por um autor renomado na área nos anos 1980. A minha especialização em Relações Internacionais para Profissionais da Educação Primária obtida na instituição de ensino superior particular da minha região ampliou essa perspectiva crítica ainda mais ao abordar de maneira mais profunda questões relacionadas à América Latina como uma região marcada pela resistência e luta por direitos humanos e justiça social. As considerações compartilhadas pela professora Roberta Traspadini foram fundamentais para compreender a América Latina como uma entidade histórica e cultural preexistente à chegada dos colonizadores europeus, que ainda enfrenta desafios decorrentes das injustiças legadas por esse período histórico.

Analisar de forma crítica como a América Latina é retratada nos materiais didáticos de Geografia adotados no 8º ano do Ensino Fundamental é uma pesquisa significativa e essencial. O objetivo deste estudo não é apenas compreender como essa região é retratada aos alunos; também visa enriquecer a prática educacional com uma perspectiva mais analítica e consciente. Ao questionar as narrativas e lacunas encontradas nesses materiais didáticos específicos, pretende-se fomentar uma educação geográfica que aprecie a diversidade e a complexidade da América Latina e incentive uma reflexão crítica tanto entre os educadores quanto entre os estudantes.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Analisar de forma crítica como a América Latina é retratada nos materiais didáticos de Geografia adotados no 8º ano do Ensino Fundamental.

3.2 Objetivos Específicos

- Analisar a estruturação da geografia da América Latina nos livros didáticos de geografia;

- Confrontar análises estabelecidas de como essa é uma região homogênea, questionando essa visão e buscando evidências da diversidade regional;

- Examinar a construção da ideia de unidade latino-americana nos materiais didáticos, considerando os aspectos linguísticos e históricos que influenciam essa percepção.

- Refletir sobre o papel dos livros didáticos na formação de identidades e na construção de narrativas sobre a América Latina, especialmente no contexto educacional.

4. METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica foi composta pelo levantamento de estudos sobre o livro didático. Com base no referencial, foram selecionadas as coleções didáticas de Geografia adotadas no 8º ano do Ensino Fundamental em escolas da rede municipal de Ribeirão Preto, SP. Em seguida foi feita uma análise dessas coleções com o objetivo de examinar como a América Latina é retratada com o foco de identificar aspectos que apoiem ou contestem a ideia de uma região homogênea e entender o impacto das narrativas coloniais e pós-coloniais. Finaliza-se com uma análise minuciosa das coleções estudadas para identificar semelhanças e diferenças nas visões sobre a América Latina e como elas moldam as identidades no contexto escolar. Segundo Gil (2002), a revisão bibliográfica envolve a análise de dados obtidos de estudos prévios que ajudam os pesquisadores a compreender detalhadamente um tema ou questão em análise.

5. RETRATOS DA AMÉRICA LATINA NOS LIVROS DIDÁTICOS

Durante o cotidiano escolar não há debates em relação ao uso de livros didáticos; ao contrário disso é possível notar que a seleção de uma coleção é bastante apreciada e colaborativa para a permanência e aceitação dos materiais didáticos nas atividades em sala de aula. De acordo com Castellar e Vilhena (2010):

> em uma era de multimídia, computadores, educação a distância e outras inovações tecnológicas, o livro didático permanece como um dos principais recursos no ambiente escolar, sendo, sem dúvida, o mais requisitado e amplamente utilizado (p. 51)

O livro didático é geralmente considerado como um recurso fundamental no campo da educação, inclusive, conforme mencionado por Bittencourt (1996), tal material é amplamente reconhecido como um elemento essencial no processo educativo.

> [...] Compreendido como um recurso que facilita a prática docente, o livro didático também atua como um canal fundamental na adaptação do conhecimento presente nos textos oficiais para o conteúdo ministrado em sala de aula. A implementação de projetos educacionais tem sido amplamente mediada por esse recurso. Mesmo diante das críticas que recebe, ele ainda é amplamente utilizado pelos professores, tanto para

> orientar as atividades com os alunos quanto como fonte de referência para o planejamento de suas aulas. Esse material tem desempenhado a função de organizar e sistematizar o conhecimento escolar (p. 204)

Segundo a autora mencionada no texto, há certas preocupações relacionadas à forma como o livro didático é utilizado em sala de aula, uma vez que existem outras ferramentas que podem enriquecer as atividades diárias dos professores. Esses aspectos nos preocupam especialmente pois quando o uso do livro didático é restrito a ser apenas um 'modelo padrão de conteúdo', pode ocasionar na padronização das práticas de ensino, Rua (1992), tornando-o a única maneira pela qual o processo de ensino-aprendizagem se desenvolve.

Em relação a esse aspecto específico da questão educacional mencionado por Choppin (2004), são identificadas quatro funções centrais do material didático: a) informativa - sendo a principal fonte de transmissão de conteúdos; b) prática - ao propor atividades e exercícios que ajudam na consolidação e no desenvolvimento de habilidades tanto genéricas quanto específicas; c) representativa em termos ideológicos e culturais - ao se apresentar como uma das principais formas de divulgação da língua utilizada pela elite dominante juntamente com suas respectivas culturas e valores que acabam influenciando na formação da identidade pessoal do indivíduos. Por último d), como um recurso documental que oferece um conjunto de informações que podem estimular o senso crítico dos estudantes através de uma análise mais profunda.

Assim, o autor refuta a noção de que o livro didático é algo simplório, destacando suas múltiplas potencialidades e aprofundando a análise, posicionando-o na interseção de três categorias que fazem parte do processo educacional:

> [...] inicialmente, destaca-se a literatura religiosa como a origem da literatura escolar, sendo um exemplo disso, no contexto do mundo cristão ocidental, os livros laicos utilizados nas escolas, organizados em formato de 'perguntas e respostas', inspirados na estrutura dos catecismos. Posteriormente, surge a literatura técnica, didática ou profissional, que foi progressivamente integrada às instituições de ensino, em diferentes períodos entre 1760 e 1830, na Europa, variando conforme o local e o tipo de educação. Por fim, temos a literatura voltada para o lazer, seja moral, recreativa ou de divulgação, que, embora inicialmente separada do ambiente escolar, teve alguns de seus elementos incorporados aos livros didáticos mais recentes em diversos países, trazendo consigo dinamismo e características marcantes (Choppin, 2004, p. 554).

Além disso é fundamental considerar o livro didático como um item envolvido na competição entre as editoras pelo mercado no Brasil onde o processo de avaliação dos livros didáticos foi estabelecido oficialmente como:

- coerência teórico-metodológica;

- ausência de equívocos conceituais ou informativos;

- identificação e combate a preconceitos ou indícios que possam levá-los.

No entanto, essas avaliações provocaram diferentes respostas entre os intervenientes no campo da educação formal. As editoras, por exemplo, que têm um interesse direto, visto que os livros didáticos representam 60 % do mercado editorial, começaram a demonstrar preocupação com a possibilidade de suas obras serem recusadas neste procedimento. Embora atualmente haja um consenso generalizado sobre a importância da avaliação na garantia de elevados padrões de qualidade nos livros didáticos, contribuindo para evitar erros graves, inconsistências e equívocos conceituais.

Sposito (2006) destaca diversas deficiências presentes nos livros didáticos de geografia e defende a importância de manter e melhorar os processos de avaliação para identificar e corrigir tais erros com o objetivo de garantir maior atenção na produção editorial; afinal recursos públicos são destinados à compra dessas obras sendo o Estado o principal comprador.

Concordamos com Sposito (2006, p. 60), que afirma:

> O livro didático, que exerce uma função relevante e quase independente no processo de ensino e aprendizagem, precisa ser compreendido de diversas maneiras:
> a) como um intermediador nesse processo;
> b) como um produto que contém conhecimento, sendo comercializado e necessitando apresentar qualidade em relação ao conteúdo, à formatação e à durabilidade;
> c) como um recurso adquirido com fundos públicos e distribuído de forma gratuita para diversas instituições de ensino em todo o país.

No contexto brasileiro, a análise das publicações promovidas pelo governo começou em 1996 e, conforme o autora menciona, houve uma melhoria significativa na qualidade dos conteúdos desde então.

Segundo Castrogiovanni e Goulart (1999), um bom livro de geografia, sob a perspectiva da geografia crítica, deve atender aos seguintes critérios: a) precisão nas informações; b) estímulo à criatividade; c) representações

cartográficas apropriadas; d) abordagem que valorize o contexto real; e) consideração do espaço como uma totalidade. Assim, existe uma vasta bibliografia que discute a contribuição dos materiais didáticos para o trabalho docente, sua organização didática e os processos de aprendizagem. Para delinear algumas linhas de discussão sobre o tema, recorremos a diversos autores, conforme demonstrado a seguir.

Conforme Rua (1992), “Outras pesquisas [...] indicam que o livro didático não é utilizado pelos professores apenas como um guia para suas atividades, mas acaba se tornando o 'padrão de verdade' e a 'palavra final' sobre os temas abordados” (p.151)

Ainda em consonância com Rua (1992), o professor muitas vezes se vê dependente do livro didático devido a várias circunstâncias. Entre elas, podemos incluir a carência de estrutura adequada nas escolas e as condições desafiadoras de trabalho que o docente enfrenta diariamente - fatores que o obrigam a agir com improvisação em algumas situações. Adicionalmente às dificuldades mencionadas acima estão os desafios relacionados à falta de alinhamento entre os programas educacionais oficiais disponíveis e as necessidades individuais dos alunos - uma discrepância que torna ainda mais complexa a tarefa do professor. Outros aspectos a serem considerados são as táticas de marketing utilizadas pelas editoras educacionais para promover seus produtos: estratégias que visam impulsionar vendas por meio da apresentação de materiais atrativos aos olhos dos professores - soluções prontas que demandam um esforço mínimo por parte do educador. Conforme Castrogiovanni e Goulart (1999),

> Frente às condições atuais de trabalho enfrentadas pelos professores de geografia, o livro didático torna-se um recurso cada vez mais relevante, se não indispensável, ao menos necessário como suporte complementar às atividades pedagógicas. No entanto, deve ser utilizado como um entre vários recursos disponíveis e não transformado no único material didático (p. 130)

Castrogiovanni e Goulart destacam que as condições de trabalho dos professores desempenham um papel crucial na transformação do livro didático em um guia útil para os alunos e uma ferramenta essencial para os educadores prepararem suas aulas de forma eficaz. Assim sendo, o livro didático muitas vezes se torna principal fonte de referência disponível em sala de aula na base do

processo ensino-aprendizagem. Desse modo concordamos com Castellar Vilhena (2009) sobre o valor do uso do livro didático como um recurso importante para facilitara aprendizagem:

> A realidade escolar demonstra que o livro didático é uma ferramenta de uso frequente, e muitos professores ainda o tratam como um simples repositório de informações, empregando-o como um fim em si mesmo, em vez de utilizá-lo como um recurso para facilitar o processo de aprendizagem (p. 52)

O livro didático é comumente empregado em salas de aula e muitas vezes desempenha um papel crucial no ensino ao servir como um repositório básico de conhecimento conforme destacado por Castellar & Vilhena. Ele é encarado como uma guia rígida para planejar as aulas e o foco do professor se concentra em garantir que todo o conteúdo seja abordado e que o livro seja concluído dentro do prazo estabelecido.

Adicionalmente, para Schäffer (1999),

> A questão é que nenhum livro é infalível: um professor competente pode transformar o pior livro em um bom recurso em sala de aula, enquanto o melhor livro pode se tornar ineficaz nas mãos de um professor despreparado. Afinal, mesmo o melhor livro é apenas um recurso auxiliar no processo de aprendizagem (p. 134)

Schäffer (1999) e Kaercher (2000) enfatizam que apenas o livro didático não basta para assegurar o sucesso do ensino-aprendizagem. Ao confiar integralmente aos escritores dos livros a organização das atividades educacionais é possível afastar o ensino das necessidades genuínas da turma e impor uma ordem de conteúdos que nem sempre corresponde às características individuais dos estudantes. Além disso segundo os autores, a formalidade presente nos livros de geografia pode levar os alunos a considerarem a disciplina como entediante desconexa do mundo real, uma perspectiva que geralmente persiste mesmo depois da conclusão da educação formal.

Assim sendo a hipótese central deste estudo é a seguintes : os livros didáticos tendem a retratar uma visão uniformizada da América Latina tentando agrupá-la sob um conjunto de características comuns aos países da região. Se esses materiais forem aceitos como verdades irrefutáveis, eles poderão fortalecer percepções distorcidas sobre a América Latina, promovendo assim uma visão

estática e inflexível de sua realidade. Diante disso, surge a indagação inicial : será que realmente existe uma América Latina unificada?

A pesquisa tem como *corpus* os livros didáticos para o 8º ano do Ensino Fundamental das coleções - Expedições Geográficas (Moderna, 2022) e Araribá Conecta: Geografia (Moderna, 2022). Os livros foram escolhidos por meio de um consenso alcançado durante o encontro do TDC (Trabalho Docente Coletivo) Rede que acontece mensalmente reunindo professores da mesma disciplina da rede municipal de ensino de Ribeirão Preto - SP. Essas obras são amplamente utilizadas por professores e alunos exercendo assim uma influência significativa na formação dessas perspectivas.

- ADAS, Melhem; ADAS, Sergio. Expedições Geográficas: 8º ano – Manual do Professor. 4ª ed. São Paulo: Moderna, 2022.

- DELLORI, Cesar Brumini (Ed.). Araribá Conecta: Geografia – 8º ano – Manual do Professor. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2022.

5.1 Expedições Geográficas, de Melhem Adas e Sergio Adas

Na presente coleção, a América Latina é abordada em diferentes contextos, desde a análise da regionalização dos continentes na Unidade 1 até a exploração dos desafios migratórios na Unidade 2; da influência do BRICS discutida na Unidade 3 à apresentação da geografia física e meio natural na Unidade 4; passando pelos países em desenvolvimento com base econômica primária nas Unidades 5 e 6 e culminando nos conflitos regionais explorados na Unidade 7. O assunto é tratado por meio de sete trajetórias distintas ao longo de aproximadamente 130 páginas.

No primeiro capítulo é discutida a visão da América Latina como parte do 'mundo em desenvolvimento', seguida por uma análise da influência colonial na qual as potências europeias impuseram seus costumes e estilos de vida à região. O manual do professor explica a origem do termo 'América Latina', destacando que englobam os países que têm línguas derivadas do latim como português, francês, espanhol entre outras línguas neolatinos, Adas (2022, p. 28).

Ele ressalta também a preocupação com a falta de consistência ao incluir na América Latina nações que não possuem idiomas latinos e leva em consideração outros aspectos além dos linguísticos.

Na visão do autor da proposta de divisão geoeconômica e baseada no estágio de desenvolvimento tecnológico é que surge uma abordagem distinta da tradicional regionalização entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos que ele julga ser excessivamente simplista. A nova categorização consistente em três níveis:

a) Países como os Estados Unidos e o Canadá que possuem uma forte industrialização e estão na vanguarda das tecnologias avançadas;

b) Países como Argentina e México passaram por um processo de industrialização mais recente e têm expertise em tecnologias tradicionais juntamente com setores que incorporam tecnologia avançada;

c) Países da América cuja economia se fundamentam em recursos naturais estão fortemente ligados tecnicamente a outras nações dentro desse continente diversificado em termos de atividades econômicas específicas - como extração mineral ou de petróleo - agronegócio ou pesca.

Essas diferenças destacam a separação entre os Estados Unidos Canadá em comparação com o restante do continente americano. No entanto não se pode generalizar afirmando que toda a América Latina está sujeita à dependência tecnológica pois o Brasil, Argentina e México não se encaixam nessa descrição. Dentro dos países com essa dependência tecnológica mencionada anteriormente existem três outras categorias que classificam as economias com base no setor primário mineração agricultura pecuária pesca.

Sob essa ótica específica ocorre a distinção entre a América Latina e a América Anglo-Saxônica; esta última é composta por apenas dois países altamente industrializados e com avançado desenvolvimento tecnológico. No entanto o autor questionou a generalização dessa classificação para toda a América Latina e destacou também a existência de nações cuja economia é majoritariamente baseada em turismo ou em atividades financeiras relacionadas a paraísos fiscais localizados na região do Caribe.

No título “América: regionalizações geográficas naturais e populações", o autor discute a estrutura natural da região abordada. Definir os 'aspectos físicos gerais' de uma área tão extensa como a América Latina é desafiador e nem sempre leva a generalizações satisfatórias. Em vez disso, o autor pode detalhar características do terreno, clima, hidrografia,, vegetação ou opte por uma abordagem de 'exceções regionais', enfatizando características singulares que não seguem as normas comuns.

A escolha inicial do autor é direcionada às particularidades geográficas da América do Sul, com ênfase no relevo variado e na diversidade de climas e vegetações; posteriormente, esses mesmos aspectos são mencionados para a América Central e o México, de forma sequencial. Ao tratar das características da América Latina dessa forma, pode parecer contraditório em comparação com a divisão tradicional entre América do Norte, Central e do Sul. Essa visão pode, de maneira indireta, indicar as dificuldades de generalizar os aspectos naturais que definem a região latino-americana. O debate surge em torno da possibilidade de examinar os ambientes naturais com base nas fronteiras políticas que representam espaços distintos. Relacionar características naturais — como relevo, clima ou vegetação — à América Latina, uma região delimitada por critérios socioeconômicos e seu passado colonial, parece peculiar, assim como dividir a América Latina em América do Sul, Central e México.

Na próxima unidade (Unidade 5), o autor explora a situação dos países da América Latina que passaram por industrialização tardia. Ele enfatiza como esse processo de industrialização ocorreu dentro do cenário da globalização econômica:

> Assim, comparando os períodos da industrialização de México, Argentina e Brasil com os períodos de industrialização da Inglaterra (Reino Unido), França, Alemanha, Bélgica, Estados Unidos, Japão e Rússia, que iniciaram suas industrializações nos séculos XVIII e XIX, podemos dizer que a industrialização daqueles países da América Latina foi uma industrialização tardia ou retardatária, isto é, ocorreu com mais de um século de atraso (ADAS, 2022 p. 156).

Percebemos a ligação entre a noção de centro-periferia e a expansão das multinacionais após a Segunda Guerra Mundial, período histórico em que o livro aborda México, Brasil e Argentina. O autor parte do princípio de que as nações centrais teriam interesse nesses países periféricos devido aos seguintes fatores:

> Mão de obra mais barata, incentivos fiscais, sindicatos pouco atuantes, menores preços de terrenos e aluguéis foram, assim, alguns fatores locacionais estratégicos e valorizados pelas empresas para descentralizar a produção industrial. Isso ocorreu tanto nos países de origem dessas empresas como também em outros, por meio da instalação de suas fábricas em novas regiões e localidades. (ADAS, 2022 p. 93).

Mesmo com as explicações apresentadas, não se esclarece de forma definitiva porque a industrialização ocorreu especificamente na Argentina, no Brasil e no México. De qualquer modo, ao longo do livro, esses países são feitos de destaques, apresentando tratamento distinto dos demais da América Latina, devido ao seu poder econômico e à diversificação industrial.

No livro didático, México, Argentina e Brasil são analisados sob dois aspectos principais: a indústria, com ênfase na distribuição espacial das atividades (como o trecho Buenos Aires até Córdoba, na Argentina, os complexos industriais e as indústrias maquiladoras no México) e a concentração industrial no território brasileiro; e a agropecuária, com uma cobertura ampla sobre o México (incluindo o modelo dos ejidos, a situação de Chiapas e a incursão de corporações transnacionais do setor alimentício), a importância das exportações agropecuárias da Argentina, que representam 50% do total de suas exportações, e a vasta produção de grãos do Brasil, com destaque para a soja.

É importante ressaltar que, dos dois livros analisados, o autor foi o único a abordar as dependências do Caribe, embora as tenha posicionado na América de forma ampla, sem fazer distinção entre América Latina e América Anglo-Saxônica. No primeiro grupo, incluem-se apenas países caribenhos; no segundo, exclusivamente países da América do Sul. Essa regionalização proporciona uma compreensão mais concreta do conjunto de países, pois se baseia em dados econômicos, o que supera as tentativas de compreender os países latino-americanos por meio de divisões como América Central, Andina, etc. Seria mais direto, embora menos adequado, agrupar o segundo conjunto de países como América Andina, englobando a Colômbia e assim simplificando o problema. O autor, no entanto, não recorre a esse tipo de generalização. Logo após, ainda no capítulo que trata das nações cujas economias são estruturadas em torno de produtos primários, o autor categoriza os países cuja dependência econômica está fortemente vinculada à agropecuária e à pesca.

Entre os países desse grupo, destaca-se a expressiva concentração de terras em nações como Colômbia, Uruguai, Paraguai e nos países da América Central, onde predominam as grandes propriedades agrícolas voltadas para a exportação, além dos limitados avanços sociais e os desafios econômicos enfrentados.

Ao finalizar as reflexões sobre este livro didático, é relevante sublinhar os pontos principais concernentes à América Latina: o autor parte da premissa de que a região tem sido historicamente alvo de exploração e dominação por parte das grandes potências. Com o crescimento das empresas multinacionais no período pós-Segunda Guerra Mundial, Argentina, Brasil e México foram os países mais capacitados a receber indústrias diversificadas, embora de forma tardia e sem o desenvolvimento tecnológico e social almejado.

Nas demais partes da América Latina, ainda fortemente dependente do setor primário, a situação seria ainda mais vulnerável, uma vez que os produtos destinados à exportação estariam suscetíveis à volatilidade dos preços internacionais, enfraquecendo suas economias e bloqueando o avanço social, econômico e técnico. O neoliberalismo, juntamente com a presença do FMI, é abordado sem críticas diretas às políticas econômicas recomendadas, como as privatizações, a redução dos gastos públicos e a compressão salarial. Em contrapartida, pode-se perceber tentativas de escapar de explicações excessivamente genéricas, ainda que o termo "América Latina" seja originado da influência colonial de Portugal e Espanha, países de línguas de origem latina, e da complexa categorização das características físico-naturais da área.

Emerge, assim, uma abordagem de estudo da América Latina que se afasta das interpretações tradicionais centradas apenas no subdesenvolvimento, exploração e manutenção da dependência externa, sem reconhecer o papel ativo dos povos latino-americanos. O autor revela uma abertura para novas perspectivas sobre os desafios enfrentados pelo continente, sem ignorar a divisão Norte-Sul no contexto da Divisão Internacional do Trabalho (DIT) e as questões sociais que impactam a região. Nas conclusões do autor, esses pontos são claramente expostos.

> No entanto, cabe lembrar que os países classificados como desenvolvidos não formam um conjunto homogêneo. Há diferenças entre eles, principalmente no desenvolvimento científico e tecnológico. A liderança nesse setor cabe a Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido e França. Além disso, esse grupo de países apresenta, em menor grau que os países subdesenvolvidos, alguns problemas sociais, em muitas situações associados à desigualdade socioeconômica (ADAS, 2022 p. 36).

Observa-se um enfoque que não se limita apenas à discussão dos fatores externos — exploração e dominação —, mas que também expressa uma

significativa inquietação quanto à função das elites locais e das classes populares na promoção de mudanças sociais. A crítica final aponta para a noção de "construir uma América Latina ou um mundo melhor", pois não existe uma interdependência econômica suficiente que permita avaliar os avanços das diferentes unidades políticas da região como um bloco uniforme. Assim, esperar melhorias para toda a América Latina seria o mesmo que ignorar suas particularidades, abordando-a como se todos os países enfrentassem os mesmos desafios e necessitassem das mesmas soluções.

5.2 Araribá Conecta - Geografia

O volume da coleção Araribá Conecta, voltado para o 8º ano do Ensino Fundamental, é organizado em unidades, cada uma subdividida em quatro temas que se conectam ao conteúdo principal. Esta série de materiais didáticos de Geografia é apresentada como um trabalho coletivo, planejado, elaborado e publicado pela própria editora, sem atribuição de autoria individual.

A América Latina não recebe uma unidade ou tema exclusivo. A abordagem escolhida pelos autores foi trabalhar o continente americano a partir de sua divisão físico-geográfica, abrangendo América do Norte, Central, Andina, Guianas, Platina e Brasil. Em relação a aspectos como clima, relevo e vegetação, o continente é tratado de maneira unificada. Contudo, ao abordar questões relacionadas à população e à economia, é feita uma distinção entre América Anglo-Saxônica e América Latina.

Embora não haja um destaque inicial para a América Latina, sua presença começa a se manifestar na segunda unidade. No tema 5, por exemplo, o livro traz uma seção dedicada aos “países do Norte e do Sul”, inserindo a América Latina nesse contexto:

> Essa classificação foi criada considerando o fato de que o hemisfério norte concentra a maioria dos países que até então faziam parte do Primeiro e do Segundo Mundo, enquanto o hemisfério sul abriga a maioria dos países do Terceiro Mundo, considerados subdesenvolvidos. (DELLORI, 2022, p. 29).

Os autores consideraram essa regionalização como simbólica, uma vez que a divisão entre Norte e Sul não segue a linha do Equador. De acordo com

essa lógica, os países desenvolvidos estariam situados ao norte do globo, enquanto os subdesenvolvidos estariam predominantemente localizados no sul.

Outros aspectos "simbólicos" dessa regionalização também podem ser destacados: Austrália e Nova Zelândia, por exemplo, são nações desenvolvidas, mas estão distantes do padrão de vida predominante no hemisfério norte. O livro acerta ao observar, em um quadro em destaque, que países como Cazaquistão, Turcomenistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão, apesar de estarem localizados no "Norte", não integram o grupo dos países desenvolvidos.

Desde o primeiro acesso a esse material, o livro escolar apresenta a América Latina no contexto do subdesenvolvimento. Mesmo que haja uma tentativa de distinguir os países dentro dessa ampla categoria de 'Sul subdesenvolvido', essa classificação ainda se mostra generalizante, a menos que sejam oferecidos os elementos necessários para diferenciar essas nações além de seu desempenho econômico.

Na terceira unidade, que trata de maneira específica sobre o continente americano, a América Latina surge novamente com uma regionalização que segue critérios socioeconômicos, separando o continente entre populações de origem latina e anglo-saxônica. A justificativa inicial baseia-se na colonização por países de línguas latinas, mas depois se expande para abranger nações de línguas não latinas, como a Jamaica e o Suriname, que são citados como exemplos.

> Sob o nome de América Latina, foram inicialmente agrupadas as sociedades em que a língua oficial dominante tem origem no latim, como o português e o espanhol.[...]
> A América Latina, por outro lado, também inclui nações de língua inglesa, como a Jamaica, e de língua holandesa, como o Suriname. Essa inclusão ocorre porque o critério passou a considerar outros fatores, como a predominância do catolicismo e as desigualdades nas condições socioeconômicas da população.
> Os países latino-americanos, de maneira geral, são marcados por um baixo nível de desenvolvimento econômico. A maioria deles exporta produtos agropecuários ou minerais para nações mais industrializadas, enquanto importa tecnologia e bens manufaturados. [...] (DELLORI, 2022 p. 96).

Essencialmente ao examinar esta explicação da América Latina é evidente que ela segue de perto a divisão clássica entre regiões “Setentrional” e “Meridional", fundamentada em fatores socioeconômicos. Esta abordagem resultante é simplista em sua perspectiva quase reducionista da América Latina ao conectá-la principalmente com questões de escassez económica e subserviência.

Além disso questionamos a utilização da religião como critério de regionalização de forma apropriada. Por exemplo em regiões dos Estados Unidos onde há predominância de católicos hispânicos deveríamos considerar essas áreas como parte da América Latina? Parece que este critério não é a melhor forma de delimitar o que constitui uma determinada região, especialmente quando tratamos de questões relacionadas ao subdesenvolvimento sem uma análise mais minuciosa do impacto do catolicismo na sociedade bem como no desenvolvimento dessas nações.

Quando se discute sobre população e seu crescimento demográfico em diferentes regiões do mundo ocorre uma distinta separação entre América Latina e países de origem Anglo-Saxônica novamente em destaque nos argumentos apresentados pelos autores do texto original mencionado aqui. Eles observam que as taxas de crescimento populacional variam consideravelmente entre essas regiões e defendem que o rápido aumento populacional na América Latina não é o principal determinante do subdesenvolvimento na região. Na visão deles está centrada na desigual distribuição de riqueza como o fator prejudicial que impacta negativamente na qualidade de vida da maioria da população. Ao examinar dados como índices de natalidade e de mortalidade é evidente observar significativas disparidades entre a América Latina e regiões mais avançadas em desenvolvimento.

Essas diferenças entre a América Latina e o mundo Anglo-Saxão também se refletem nas conversas sobre a exploração de recursos naturais agrícolas e industriais. Em muitos países da América Latina há uma dependência significativa de investimentos estrangeiros e tecnologias para a exploração e processamento de seus recursos naturais; isso acaba resultando na entrega dessas atividades para grandes corporações transacionais provenientes de países desenvolvidos. Os autores enfatizam que:

> Canada e EUA e usam métodos avançados na extração de minérios. Nesses territórios, a produção das empresas é controlada por leis ambientais mediante uma fiscalização rígida e a imposição de multas aos que desrespeitam essas normas. Para evitar esse tipo de controle e maximizar os lucros, diversas mineradoras da América Anglo-Saxônica transferiram suas operações para a América Latina, onde encontraram uma abundância de recursos naturais, leis menos restritivas contra a exploração predatória e mão de obra a baixo custo. (DELLORI, 2022, p. 111).

Embora se aborde a exploração e o controle de recursos no texto mencionado acima é crucial também destacarmos a influência positiva das grandes companhias de mineração e das empresas estatais que colaboram para a conservação dos recursos naturais e promovem o progresso local de forma mais equitativa.

Na área da agricultura, a produção é direcionada principalmente para o mercado internacional com foco principalmente em propriedades rurais extensas. O livro destaca que nações que dependem da exportação de produtos agrícolas enfrentam dificuldades relacionadas à infraestrutura e à eficiência produtiva, diminuindo sua estabilidade econômica. A capacidade competitiva dessas nações no cenário global é comprometida pela escassez de investimentos em tecnologia e aprimoramentos logísticos.

> [...] continuam economicamente dependentes da exportação de produtos agrícolas, como café, cacau, cana-de-açúcar e banana, geralmente cultivados com métodos tradicionais, resultando em baixa produtividade. Os investimentos em mecanização, uso de fertilizantes, sistemas de drenagem e revitalização dos solos são escassos ou inexistentes.
> Em contrapartida, em países como Brasil, Argentina, México e Chile, a produção agropecuária de algumas regiões se caracteriza pelo uso intensivo de máquinas e sofisticada tecnologia, o que resulta em alta produtividade. (DELLORI, 2022, p. 114).

Neste contexto são apresentadas duas visões distintas: por um lado a agricultura latino-americana é muitas vezes considerada como pouco eficiente e por outro lado existem casos excepcionais como Argentina Brasil México e Chile onde algumas regiões possuem uma agricultura modernizada e produtiva No entanto a generalização dessas exceções desconsideram as diferentes etapas de desenvolvimento agrícola em cada país e os impactos dessa modernização especialmente quando comparada com a agricultura dos Estados Unidos e Canadá.

No mesmo capítulo que trata do setor secundário da economia latino-americana, com o título de “Dependência e desigualdade”, fica evidenciado que a industrialização na região ocorreu tardiamente e se destaca pela forte dependência de investimentos em capital e tecnologia provenientes majoritariamente de corporações transnacionais com sede nos países anglo-saxões das Américas Central ou do Norte preferencialmente na Europa ou no Japão (ARARIBÁ CONECTA, 2022 p. 115). Os países mais industrializados como o Brasil México e Argentina possuem parques industriais mais diversificados comparados aos demais

países da região que são identificados como tendentes à dependência em tecnologias estrangeiras.

No setor de serviços em particular destaca-se a questão da superlotação nas grandes cidades urbanas latino-americanas que agrava os dilemas sociais nessas metrópoles. Também é abordada a interação entre tecnologia e distribuição de trabalho informal amparada por uma economia em expansão.

Após essas conversas detalhadas no livro são exploradas individualmente as diversas regiões físico geográficas das Américas - América do Norte e Central e do Sul - deixando de lado a distinção entre América Latina e Anglo-Saxônica.

Uma análise mais detalhada dos capítulos que se concentram na América Latina revela tentativas de formular generalizações a cada nova diferenciação entre as populações latinas e anglo-saxônicas do continente. Essas abordagens podem ser vistas como uma regionalização com exceções claras, onde são estabelecidas características gerais que inevitavelmente encontram várias exceções à regra. Por exemplo, a América Latina é descrita como uma região de agricultura básica, com uma população majoritariamente jovem e economias concentradas no setor primário. Além disso, a região é marcada linguisticamente pelo iberismo, devido ao seu histórico de colonização exploratória.

No entanto, essas generalizações frequentemente se deparam com realidades que as contradizem, sendo consideradas como exceções ao que se supõe representar a América Latina, segundo os autores do material. Além disso, há uma perceptível falta de foco na dinâmica dos fenômenos sociais que moldam o cenário geográfico, o que dificulta uma reflexão crítica e a realização de comparações, em razão da simplificação dos tópicos abordados em cada capítulo sobre a América Latina.

Outra vantagem do livro está relacionada à maneira como o ambiente natural do continente é abordado. São considerados elementos como topografia e hidrografia em conjunto com clima e vegetação em uma perspectiva que evita separações tradicionais entre América Latina e Anglo-Saxônica e busca desviar da confusão entre critérios naturais e socioeconômicos.`

6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os livros didáticos apresentaram muitas similaridades em suas formas de explorar a América Latina e frequentemente utilizaram os mesmos princípios e teorias para compreender a realidade da região. Apesar disso, cada livro seguiu uma perspectiva única, focando em aspectos diversos. Foi observado que todos os textos continham explicações generalistas na tentativa de retratar a América Latina como uma entidade coesa. Alguns trechos se concentraram mais em países específicos como Brasil e Argentina mencionados como principais influências na região latino-americana em geral.

Melhem Adas se destacou com seu livro como o único a abordar a conexão entre o ambiente natural e os critérios de divisão da América Latina em relação às outras partes do continente. Ele sugere que o cenário físico também apresentaria características comuns à região como um todo. Ao mesmo tempo, o autor evita simplificações excessivas ao analisar a América Latina com foco na importância econômica dos países envolvidos e em suas interdependências para oferecer uma visão mais detalhada da região.

Por outro lado, o livro Araribá Conecta apresentava explicações mais simples e em linha com o senso comum, sem trazer grandes novidades na abordagem da América Latina além do que é tradicionalmente explorado (colônias de exploração, dinâmicas de dependência e questões sociais). Ao concentrar a maior parte das análises em comparações entre latinos e anglo-saxônicos, a obra acabava por reforçar estereótipos sobre ambas as regiões. De forma distinta de outros materiais, o Araribá Conecta se dedica à análise do ambiente natural da América sem levar em conta a divisão socioeconômico do continente.

Para concluir nossa avaliação dos livros didáticos, apresentamos o quadro a seguir:

Sistematização dos conteúdos dos livros analisados

Formação da ideia de América Latina	Expedições Geográficas	Araribá Conecta
Origem do nome	Não aparece	Não aparece
Caracterização da América Latina enquanto região	Baseado principalmente no aspecto linguístico, com a adição do tipo predominante de colonização e pela situação de dependência econômica.	Baseado principalmente no aspecto linguístico, seguido pelas condições econômicas e sociais da população.
Características socioeconômicas	Países com industrialização mais tardia, como Argentina, Brasil e México, e nações que são grandes exportadoras de produtos primários, marcadas por uma dependência tecnológica. Inseridos no cenário do Sul subdesenvolvido.	Pertence ao grupo de nações subdesenvolvidas, caracterizadas por um nível reduzido de desenvolvimento econômico, com uma economia centrada na exportação de matérias-primas e na importação de tecnologia e bens industrializados.
Principais problemas sociais apontados	Fome, pobreza e altas taxas de mortalidade.	Fome, altas taxas de analfabetismo, baixa expectativa de vida e mortalidade infantil.
Aspectos positivos	Considerados exceções em relação aos principais problemas sociais e econômicos.	Abordados como exceções em relação aos principais problemas sociais e econômicos.
Conceitos	Região	Região
Base teórica ao situar a região na ordem mundial	Divisão Internacional do Trabalho (DIT); distinção entre Norte desenvolvido e Sul subdesenvolvido; subdesenvolvimento e dependência.	O subdesenvolvimento é mencionado, mas não permeia todo o conteúdo.

FONTE: organização do autor

O quadro apresenta uma síntese dos pontos mais relevantes observados nos livros didáticos avaliados sobre a América Latina. O aspecto mais notável é a completa ausência de uma discussão sobre a origem e o significado do conceito de uma América 'latina'. Questões relacionadas à origem desse termo para uma parte do continente não foram sequer abordadas, limitando-se apenas a menções sobre a língua dos colonizadores, especialmente portugueses e espanhóis. No entanto, todos os autores rejeitam essa justificativa como a principal razão para a divisão do continente entre povos latinos e anglo-saxões, optando por destacar outros fatores, como o tipo de colonização, a dependência econômica e os indicadores socioeconômicos. Desse modo, a formação do conceito de América Latina, levando em conta o contexto histórico em que o termo surgiu, é deixada de lado, criando uma percepção de uma região unificada principalmente pelos seus problemas.

A economia da América Latina também é abordada de forma ampla, sempre vinculada ao passado colonial de exploração e ao subdesenvolvimento. Contudo, os livros didáticos não conectam diretamente essas características às desigualdades sociais e à baixa qualidade de vida, tratando essas questões como meros efeitos consequentes.

Os aspectos positivos da região são apresentados como exceções ao padrão dominante: prevalece a dependência tecnológica, mas Argentina, Brasil e México são destacados como exceções; a baixa expectativa de vida é o padrão, mas Uruguai, Chile e Argentina são citados como desvios; o mesmo acontece com indicadores como analfabetismo, baixo IDH e má distribuição de renda.

Ambos os livros didáticos inserem a América Latina no contexto do "Sul subdesenvolvido". O livro ‘Expedições Geográficas’, de Melhem Adas, se destaca por oferecer uma base teórica mais robusta, discutindo diferentes formas de regionalização, como o conceito de Terceiro Mundo durante a Guerra Fria, além de abordar países em desenvolvimento e emergentes. Adas (2022) procurou também examinar o subdesenvolvimento não apenas como consequência da dominação externa, mas como resultado de fatores internos importantes, como a atuação das oligarquias, a corrupção e os regimes autoritários.

Já o livro Araribá Conecta trata o tema de maneira mais sucinta, dedicando pouco espaço à questão e sem estabelecer relações profundas com a América Latina, preferindo enfatizar as distinções entre essa parte do continente e a América Anglo-Saxã.

Nenhum dos livros tratou a América Latina como uma região unificada. O silêncio sobre a origem do nome contribui para que essas obras tentem legitimar a existência da América Latina por meio de uma caracterização genérica. Observa-se um esforço em explicar o conceito de 'América Latina', visto que aparece nos mapas, embora não haja consenso sobre seus limites, os países que a compõem ou a possibilidade real de integração.

Acreditamos que investigar as origens do conceito de América Latina poderia oferecer uma compreensão mais profunda da região, com base no contexto do século XIX, quando surgiram as ambições francesas no México, o ideal de unidade em oposição ao imperialismo dos Estados Unidos e o pensamento arielista. No entanto, os autores dos livros analisados adotam uma visão da América Latina a partir do período pós-CEPAL, quando o termo se populariza, mas perde seu

significado histórico original, ficando restrito a uma análise predominantemente socioeconômica da região, Prado e Pellegrino (2014).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, analisamos fatores que permitiram uma reflexão sobre a ideia de unidade na América Latina. Desde o princípio, ficou claro que essa suposta unidade não se verifica, independentemente dos critérios adotados. Afirmar que todos os países dessa região compartilham o mesmo cenário histórico, social ou cultural seria uma generalização excessiva. Historicamente, essa perspectiva desconsidera as particularidades de cada nação; do ponto de vista socioeconômico, a situação é ainda mais complexa, já que muitos países não apresentam sequer uma homogeneidade interna, muito menos em relação uns aos outros. Seria inviável, por exemplo, colocar Barbados e Haiti ou Argentina e Bolívia dentro de uma mesma realidade. A grande diversidade cultural entre essas nações torna ainda mais difícil a construção de uma identidade comum, especialmente ao levar em conta questões como identidades nacionais, demandas indígenas e movimentos negros, que não foram contemplados neste estudo.

A hipótese que guiou este trabalho reflete o que foi discutido: os livros didáticos sugerem a possibilidade de uma unidade e partem do pressuposto de que a existência da América Latina é algo inquestionável. Nenhuma das obras analisadas abordou a origem do termo América Latina, preferindo focar diretamente em sua caracterização e destacando características gerais. No entanto, entender a gênese desse nome é crucial para compreender o contexto no qual a ideia de América Latina se desenvolveu.

Desde sua criação, a região carece de critérios precisos que a delimitem, tornando sua definição geográfica desafiadora. Por grande parte de sua trajetória, América Latina foi quase sinônimo de América Hispânica, deixando de fora o Brasil, que por muito tempo preferiu se alinhar a um ideal europeu em vez de se associar às recém-independentes repúblicas latino-americanas. Mesmo após o Brasil ser incluído nos debates sobre a América Latina, surgem novas questões sobre como integrar países onde não se falam línguas latinas ao sul do rio Bravo, além de como contemplar as comunidades indígenas e os dialetos africanos.

A diversidade cultural e linguística impõe desafios para uma identificação unificada. Os costumes culturais incluindo expressões artísticas e música juntamente com os padrões alimentares são bastante diversos e despertam debates sobre identidade dentro de cada nação da América Latina. Essa pluralidade

reflete a necessidade de questionar as representações trazidas pelos livros didáticos sobre a América Latina, nacionalidade, identidade cultural e identidade linguística, problematizando o que significa, de fato, ser latino-americano.

As características geofísicas também dificultam essa unificação devido à extensão territorial da América Latina. Temos os Andes, a Amazônia, o cerrado brasileiro, a Patagônia argentina e os Pampas - tudo na América do Sul - o que já ilustra a complexidade em encontrar características comuns entre essas variadas paisagens naturais. Quando incluímos o Caribe juntamente com a América Central e o México no contexto considerado, a interação entre os aspectos socioeconômicos e físicos, se tornam ainda mais confusos. As características climáticas dos biomas encontrados na América Latina seguem um padrão espacial distinto que se diferencia de qualquer divisão culturalmente reconhecida.

Além disso é relevante salientar que a concepção da América Latina foi estabelecida antes das teorias sobre crescimento econômico surgirem, apesar dos livros escolares frequentemente transmitirem ideia contrária. Ao se apoiarem em estatísticas, qualidade de vida e tipo de colonização, os livros acabam sugerindo que a América Latina foi 'definida' com base nesses critérios. Isso gera o problema de como lidar com as exceções, especialmente ao discutir indicadores como o IDH e as diferentes economias da região. Comparar países como Brasil e Argentina com nações menores como Granada e São Cristóvão e Névis, mostra o quão desafiador é categorizar economias tão diversas sob uma única regionalização.

Para todas essas questões, os livros didáticos forneceram respostas simplificadas. Como um dos principais recursos no processo de ensino-aprendizagem, os livros acabam impondo certezas e limitando a criticidade. Isso se torna problemático quando os próprios livros não fomentam a reflexão e reproduzem argumentos que deveriam ser questionados para a construção do conhecimento e o desenvolvimento do pensamento crítico.

Nos materiais didáticos avaliados, a América Latina é apresentada de forma definitiva, sem espaço para questionamentos. Eles tratam a América Latina como uma entidade que sempre esteve presente desde a colonização europeia e a formação das colônias de exploração. No entanto, acreditamos que essa visão deve ser revista e debatida. A América Latina não surgiu automaticamente, e a identidade latino-americana foi frequentemente associada ao subdesenvolvimento e à exploração. Os livros didáticos poderiam adotar uma abordagem alternativa,

refletindo sobre a pertinência do conceito e se as características atribuídas à região realmente favorecem sua coesão.

Não propomos que as desigualdades sociais, os problemas econômicos e as causas do subdesenvolvimento sejam ignorados. No entanto, ao delinear características amplas para uma região tão extensa, os resultados tendem a ser insatisfatórios, reforçando estereótipos e uma visão negativa da América Latina. Ser latino-americano, se as pessoas dessa região se identificam dessa forma, é também ser produto de uma construção genérica da América Latina, algo que merece ser revisado.

8. REFERÊNCIAS

ADAS, Melhem; ADAS, Sergio. **Expedições Geográficas**: 8º ano – Manual do Professor. 4ª ed. São Paulo: Moderna, 2022.

BÁEZ, Fernando. **A história da destruição cultural da América Latina**: da conquista à globalização. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

BITTENCOURT, Circe M. F.; IOKOI, Zilda M. G. **Educação na América Latina**. São Paulo: EDUSP, 1996.

CASTELLAR, Sonia M. Vanzella; VILHENA, Jerusa. **Ensino de Geografia**. São Paulo: Cengage, 2010.

CHOPPIN, Alain. **História dos livros e das edições didáticas**: sobre o estado da arte. São Paulo: Educação e Pesquisa, v. 30, n. 3, 2004.

CASTROGIOVANNI, Antônio C.; GOULART, Lígia B. **A questão do livro didático em geografia**: elementos para uma análise. In: CASTROGIOVANNI, A. C.; SCHÄFFER, N. O.; CALLAI, H. C.; KAERCHER, N. A. (orgs.). Geografia em sala de aula: práticas e reflexões. Porto Alegre: UFRGS/AGB Seção Porto Alegre, 1999.

COPATTI, Carina; SANTOS, Leonardo Pinto dos. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: o livro didático de Geografia e o espaço mentalmente projetado – tensões e relações. In: TONINI, Ivaine Maria et al. (orgs.). Geografia e livro didático para tecer leituras do mundo. 2ª ed. São Leopoldo: Oikos, 2019. p. 151-163.

DELLORI, Cesar Brumini (Ed.). **Araribá Conecta**: Geografia – 8º ano – Manual do Professor. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2022.

DUSSEL, Enrique. **Filosofía de la liberación**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

FARIA, Ana Lúcia G. **Ideologia no livro didático**. 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2017. [Original de 1980].

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KAERCHER, Nestor A. **Geografando o jornal e outros cotidianos**: práticas em geografia além do material didático. In: CASTROGIOVANNI, A. C. (org.). Ensino de Geografia: ações e contextualização. Porto Alegre: Mediação, 2000.

MELATTI, Cláudia. **O olhar de um professor da Educação Básica no processo avaliativo dos livros didáticos**. In: TONINI, Ivaine Maria; GOULART, Lígia Beatriz; KAERCHER, Nestor André; MARTINS, Rosa Elisabete Militz Wypyczynski; COSTELLA, Roselane Zordan (orgs.). Geografia e livro didático para tecer leituras do mundo. 2ª ed. São Leopoldo: Oikos, 2019. p. 209-219.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. In: STEDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta (orgs.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 131-172.

PRADO, Maria Lígia; PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2014.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina**. In: LANDER, Edgardo (org.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 201-246.

RUA, João. **Em busca da autonomia e da construção do conhecimento**: a docência em Geografia e o livro escolar. 1992. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

SCHÄFFER, Neiva O. **O livro didático e o desempenho pedagógico**: anotações de apoio à escolha do material. In: CASTROGIOVANNI, A. C.; CALLAI, H. C.;

SCHÄFFER, Neiva O.; KAERCHER, N. A. (orgs.). **Geografia na escola**: ações e reflexões. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul/AGB Seção Porto Alegre, 1999.

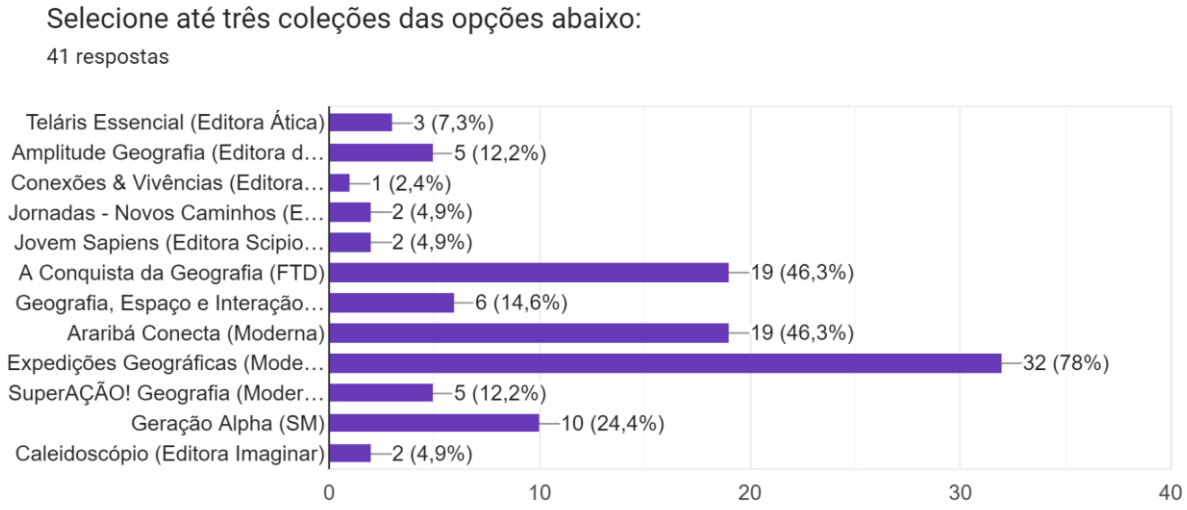
SPOSITO, Maria Encarnação B. (org.). **Livros didáticos de Geografia e História**: avaliação e pesquisa. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006.

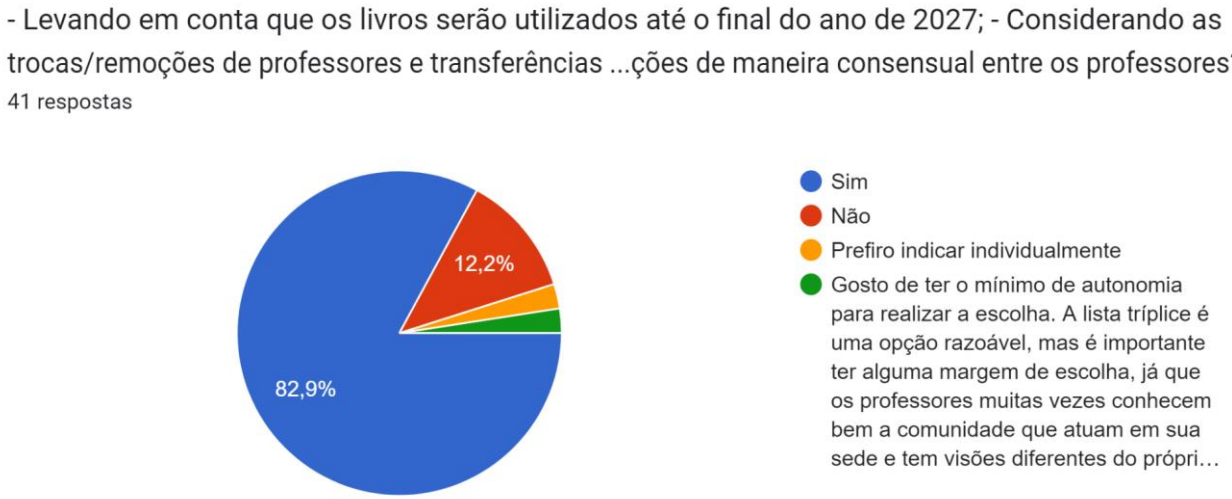
STRECK, Danilo Romeu. **Paulo Freire e a pedagogia latino-americana**: a construção de uma identidade pedagógica. Revista Brasileira de Educação, v. 28, e280105, 2023.

9. APÊNDICE

I – Resultado geral sobre análise dos livros didáticos feita em Trabalho Docente Coletivo (TDC)

Observações sobre os livros didáticos de Geografia (PNLD 2024)



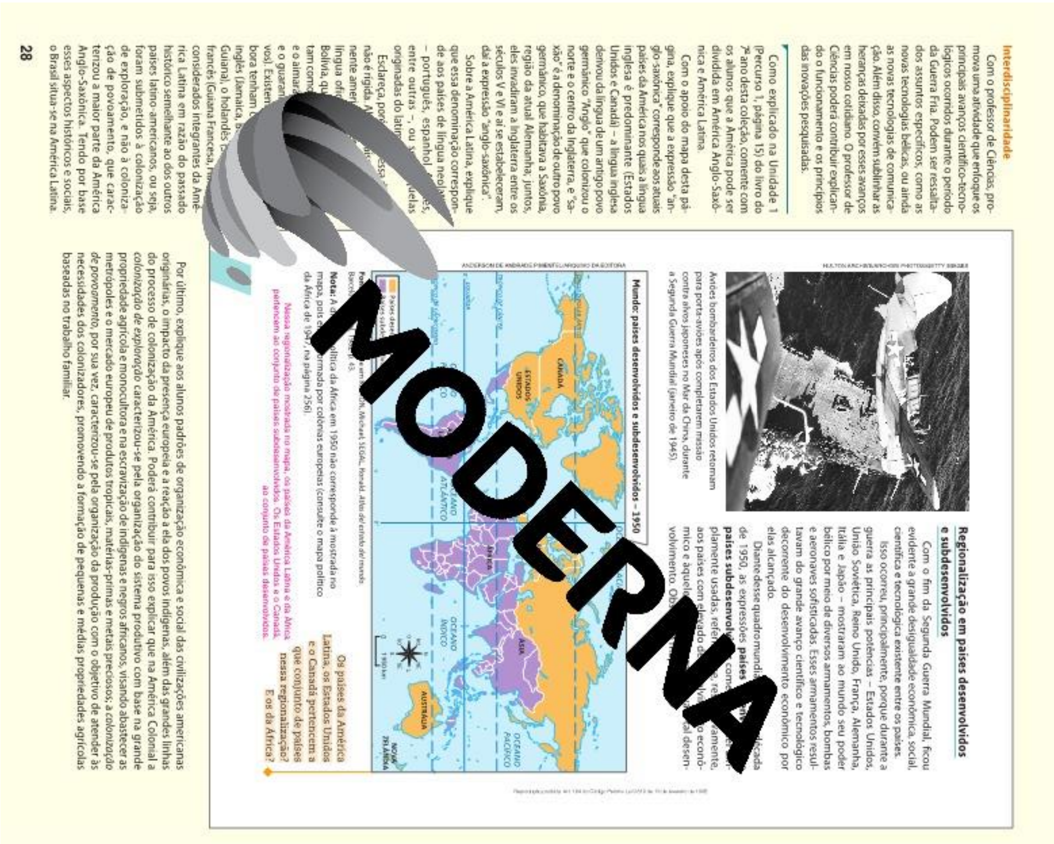


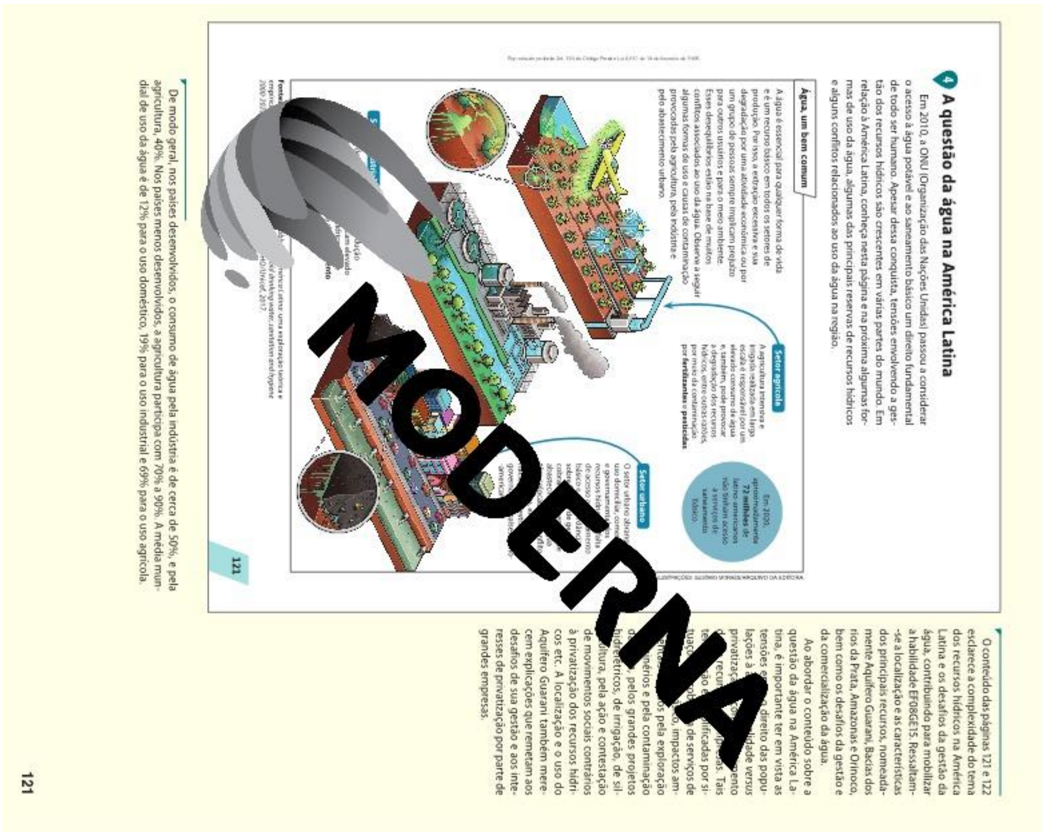
Elementos considerados na análise dos livros didáticos de Geografia (PNLD 2024)

1. Aspectos relacionados à estrutura e organização
Dialoga com o Referencial Curricular Municipal em relação à sua organização, fornecendo uma sequência que facilita ao professor planejar o ensino-aprendizagem ao longo do ano.
Oferece uma ampla variedade de fontes de dados geográficos atualizados (gráficos, tabelas, mapas, fotografias, charges, esquemas e estudos de caso), proporcionando análises contextualizadas.

Utiliza fotografias, tabelas, gráficos, charges e mapas que representam adequadamente a diversidade étnico-racial, evitando estereótipos e preconceitos, e que refletem a pluralidade de grupos e culturas presentes nos diferentes contextos geográficos abordados.
Apresenta uma abordagem pedagógica consistente que contempla aspectos físicos e humanos da Geografia, de maneira equilibrada, integrada e crítica.
2. Abordagem pedagógica
Inicia as unidades e/ou capítulos estabelecendo situações-disparadoras, introduzindo problemas centrais que despertam o interesse e o engajamento dos estudantes em relação aos temas geográficos abordados.
Promove um ensino-aprendizagem não linear, partindo, por vezes, do imediato concreto, mas sempre em um movimento de ampliar para a compreensão de lógicas globais.
Estabelece conexões entre os fenômenos geográficos estudados e o contexto real dos estudantes, fornecendo exemplos que permitem uma melhor compreensão e aplicação dos conceitos.
Os textos e atividades incluem etapas dedicadas ao levantamento de hipóteses, estimulando os estudantes a formular explicações provisórias e a desenvolver seu pensamento crítico e investigativo.
Promove reflexões baseadas na Geografia Crítica, estimulando a compreensão aprofundada das questões sociais e políticas, permitindo discutir relações e dinâmicas de poder e as desigualdades presentes no espaço geográfico.
A maioria das atividades instiga a curiosidade e o pensamento crítico dos estudantes, incentivando-os a buscar respostas, desenvolvendo os princípios do raciocínio geográfico: Analogia; Diferenciação; Conexão; Distribuição; Extensão; Localização e Ordem.
Promove uma abordagem inclusiva e diversa, oferecendo conteúdos que valorizam a contribuição dos diferentes grupos étnico-raciais na construção do espaço geográfico e incentivando a reflexão sobre as desigualdades e os desafios enfrentados por grupos minoritários.
Possui quantidade adequada de conteúdos sobre o continente africano, sobretudo no 8º ano.
Incentiva a interdisciplinaridade, estabelecendo conexões com outras áreas de conhecimento.
Oferece atividades e momentos estruturados para a prática da argumentação (oral ou escrita), incentivando os estudantes a construírem conclusões e a sustentarem seus pontos de vista, embasados na ciência geográfica.
Inclui reflexões sobre a importância da sustentabilidade ambiental e social, explorando questões como mudanças climáticas, uso de recursos naturais, questão agrária e justiça ambiental.
Incentiva a leitura crítica de diferentes fontes de informação, estimulando os estudantes a questionar, analisar e avaliar a confiabilidade e a validade dos dados e argumentos apresentados.

II – Páginas do livro didático “Expedições Geográficas” que serviram de base e análise para o trabalho





O conteúdo das páginas 126 e 127 traz paisagens americanas que permitem identificar os diferentes povos e culturas da região e os condicionantes físico-naturais com que esses povos interagem. Oriente os alunos a observar as semelhanças e diferenças entre esses povos e os aspectos da vegetação, relevo e clima. Convém detectar aquilo que sabem sobre a relação sociedade-natureza no contexto da América Latina por meio de uma conversa inicial sobre as informações apresentadas no texto e, em seguida, enriquecer a discussão com base em outros exemplos de povos de seu conhecimento. Contextualize a discussão e o estudo do assunto, por exemplo, com base no espaço de vivência dos alunos, conscientizando-os sobre as condições de vida de povos originários e comunidades tradicionais da localidade ou região em que vivem.

O livro de Rafael Limaverde, sugerido no boxe *Quem lê viaja mais*, poderá proporcionar um rico aprendizado para os alunos sobre a relação entre povos e paisagens na América Latina. Escrito com sensibilidade e com referenciais artísticos, literários, musicais e históricos latino-americanos, que fazem parte da formação cultural do autor, o livro revela a diversidade humana e natural da América Latina, [illegible] criticidade perante as d[illegible]ualdades socioeconôm[illegible] e seus povos. Nessa pe[illegible]ra, tenh[illegible] em mente qu[illegible]ra do vro ou de tre[illegible]le nos poder[illegible] quecer a 126 e 12[illegible] trabalh[illegible] "Identifi[illegible] Latina e [illegible] cartografi[illegible] da região, co[illegible] geomorfologia, [illegible] e da climatologia".

QUEM LÊ VIAJA MAIS

LIMAVERDE, Rafael. *Pelos caminhos de nuestra América*: uma pedalada poética pelos confins do continente. 4 ed. Fortaleza: Lettere Editora, 2012.

A obra permite ao leitor aprender mais sobre a América Latina, seus povos, paisagens, patrimônio cultural e contradições sociais.

6 América: povos e paisagens

A América se estende de altas latitudes do Hemisfério Sul a altas latitudes do Hemisfério Norte. Essa característica, associada à variação das altitudes, dos climas e da vegetação e à riqueza cultural das populações americanas, resulta em uma grande variedade de paisagens. Confira como vivem alguns povos americanos que têm seus modos de vida diretamente relacionados às características do meio natural.

Os povos da etnia guna

Na costa norte do Panamá vivem povos da etnia guna, distribuídos entre o continente e cerca de 40 ilhas na comarca de Guna Yala. Para subsistência, esse grupo depende da pesca artesanal, da exportação de cocos, do turismo e da agricultura agroecológica em áreas de floresta Tropical.

Dança tradicional guna, Ilhas San Blás, Panamá (2018).

Os inuítes

Os inuítes são povos que habitam as regiões polares da América do Norte, onde a temperatura pode chegar a −50 °C. Até meados do século XX eram nômades e construíam acampamentos em diferentes lugares, no verão e no inverno. Entre as décadas de 1940 e 1950, o governo do Canadá incentivou a formação de comunidades permanentes e, hoje, os deslocamentos temporários ocorrem somente nas temporadas de caça.

Pessoas transportam [illegible] em um tra[illegible]al trenó inuit, chamado k[illegible] no [illegible]s Nun[illegible]anadá (2019).

O povo uro

Localizado entre a Bolívia e o Peru, a 3821 metros de altitude, o Lago Titicaca é o lago navegável de maior altitude do mundo. O povo uro, cuja economia baseia-se na pesca e no turismo, habita ilhas artificiais construídas nesse lago com um tipo de junco flutuante, a totora. As habitações e embarcações dos uros também são feitas com a palha desse vegetal.

Mulheres do povo uro em ilha artificial no Lago Titicaca, Peru (2021).

O filme *Diários de Motocicleta* (2004), dirigido pelo cineasta brasileiro Walter Salles, retrata a viagem na América do Sul do estudante de Medicina Ernesto Rafael Guevara de la Serna (mais conhecido como "Che" Guevara) e seu amigo bioquímico Alberto Granado. A viagem teve início na Argentina, passando pelo Chile, Peru, Colômbia, e se encerrou na Venezuela, totalizando 12 425 km. Esse filme poderá contribuir para o estudo dos povos e paisagens da América Latina, pois nele se observa a riqueza natural e o contato dos viajantes com diversos personagens, em sua maioria camponeses indígenas.

Unidade 5

Nesta Unidade, estudaremos os fatores que favoreceram a industrialização do México, da Argentina e do Brasil. Serão trabalhados aspectos relativos às principais aglomerações urbanas desses países, bem como as desigualdades sociais nas suas maiores cidades (Percurso 17). O Percurso 18 aprofunda os conhecimentos sobre as concentrações industriais desses países. As atividades agropecuárias, por sua vez, começam a ser discutidas no Percurso 19, no qual se abordam as transnacionais de alimentos no México e os circuitos da carne e da soja na Argentina e no Brasil. As consequências socioambientais da exploração dos recursos naturais na América Latina são também objeto de estudo do Percurso 20.

Os recursos didáticos disponíveis incluem fotos, mapas, gráficos, quadros, ilustrações, boxes *No seu contexto*, *Pausa para o cinema*, *Quem lê viaja mais* e *Navegar é preciso*, que trazem informações e materiais para consulta extraclasse, estimulando o aprofundamento de alguns temas.

Na abertura da Unidade, há uma foto da praça central da Cidade do México. Observa-se a catedral construída sobre as ruínas do antigo templo da civilização asteca. Com isso, o colonizador espanhol, simbolicamente, mostrou o seu poder de dominação pelas armas sobre esse povo. Ao lado da [illegible]dral, vê-se o Palácio do [illegible]rno. O México faz parte do [illegible]to dos países hoje den[illegible]os em[illegible]gentes, cujo [illegible], dis[illegible] no Percurso[illegible] do. Faça u[illegible] os alun[illegible] país e r[illegible] *sua bag*[illegible]

UNIDADE 5 América: países emergentes

Prepare-se para estudar as maiores economias da América Latina: México, Argentina e Brasil. No Percurso 17, você vai entender como esses países chegaram a essa posição e quais fatores contribuíram para que, ao longo do século XX, ocorresse seu desenvolvimento industrial. Nos percursos seguintes, você estudará as concentrações industriais, inclusive o Polígono Industrial do Brasil, aspectos da agropecuária no México e na Argentina, além de seus recursos minerais e de [illegible] energia. Considerando que Argentina e Brasil se destacam na produção de soja e carne, conheceremos comparativamente os seus circuitos produtivos.

Em 1519, Fernão Cortez, liderando uma expedição espanhola, invadiu o [illegible] do atual México e, aliado aos inimigos dos astecas, ocupou a cap[illegible]ca, Tenochtitlán, em 1521. À conquista juntaram-se as epidemias e [illegible] econômica do Império, provocando sua ruína, além de [illegible] [illegible]amento (em 1519, a população estimada era de 11 milhões e, em [illegible]nas [illegible]ções).

Na foto (2020), a imensa praça (Zócalo) no centro da Cidade do México, capital do país, com a catedral católica, erguida sobre as ruínas do templo mais importante de Tenochtitlán, e o Palácio do Governo, erguido sobre a residência de um chefe asteca.

1. [illegible]be por que o México, a Argentina e o Brasil são chamados de países [illegible]es?
2. Com[illegible] Brasil se relaciona economicamente com a Argentina, o México e outros países da América Latina?
3. O que você sabe a respeito da industrialização do México, da Argentina e do Brasil?

Respostas

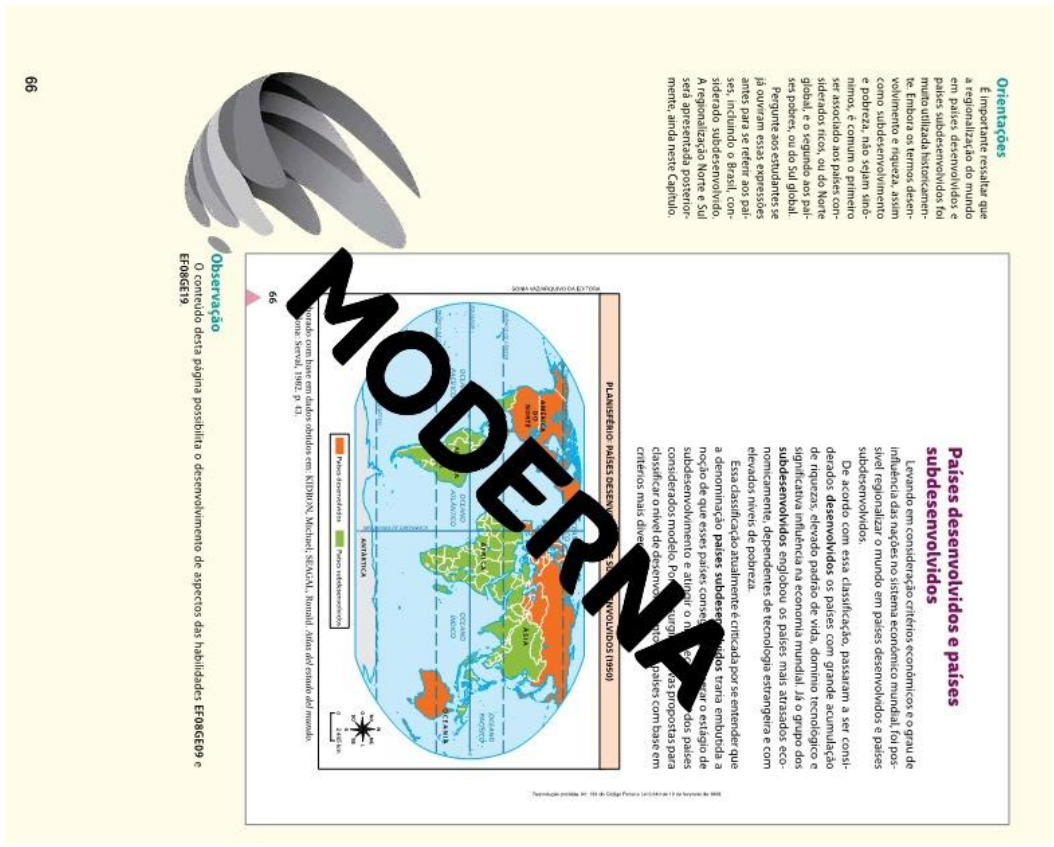
1. Em decorrência de certas características que apresentam: considerável industrialização, crescimento econômico, atração de investimentos estrangeiros e domínio de alguns setores avançados de ciência e tecnologia, entre outras. A terminologia "emergentes" disfarça a realidade social ainda encontrada nessas três sociedades: pobreza de grande parcela da população, problemas graves de habitação e de saneamento básico, como também desigual distribuição da riqueza entre as suas classes sociais.

2. Espera-se que os alunos reconheçam a Argentina como importante parceiro comercial do Brasil, mencionem o Mercosul e que o México e os demais países latino-americanos mantêm relações comerciais com o Brasil.

3. Verifique os conhecimentos prévios dos alunos a respeito da industrialização brasileira, tema estudado no livro do 7º ano desta coleção. Caso necessário, ajude-os a identificar as semelhanças históricas, econômicas e industriais entre o Brasil, a Argentina e o México. Comente, por exemplo, que o desenvolvimento industrial nesses três países teve início em meados do século XX e, portanto, é considerado tardio ou retardatário em comparação a países da Europa, aos Estados Unidos e ao Japão, que iniciaram sua industrialização entre os séculos XVIII e XIX.

MODERNA
MODERNA

III – Páginas do livro didático “Araribá Conecta: Geografia” que serviram de base e análise para o trabalho



Orientações

É importante ressaltar que a regionalização do mundo em países desenvolvidos e países subdesenvolvidos foi muito utilizada historicamente. Embora os termos desenvolvimento e riqueza, assim como subdesenvolvimento e pobreza, não sejam sinônimos, é comum o primeiro ser associado aos países considerados ricos, ou do Norte global, e o segundo aos países pobres, ou do Sul global.

Pergunte aos estudantes se já ouviram essas expressões antes para se referir aos países, incluindo o Brasil, considerado subdesenvolvido. A regionalização Norte e Sul será apresentada posteriormente, ainda neste Capítulo.

Países desenvolvidos e países subdesenvolvidos

Levando em consideração critérios econômicos e o grau de influência das nações no sistema econômico mundial, foi possível regionalizar o mundo em países desenvolvidos e países subdesenvolvidos.

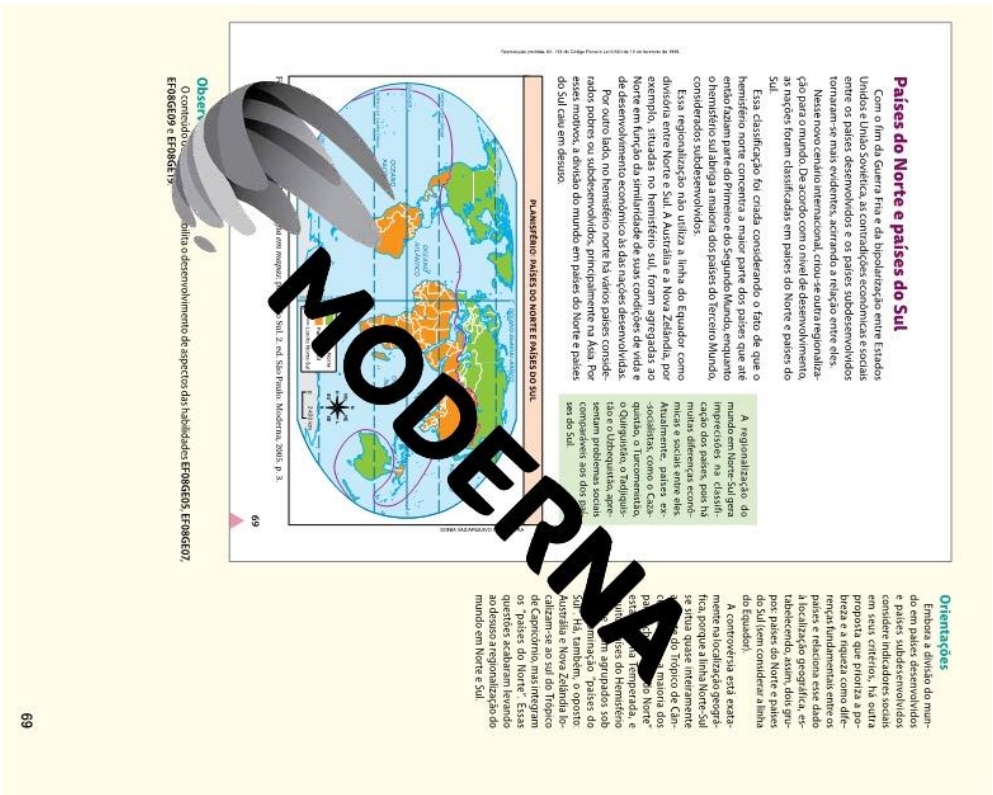
De acordo com essa classificação, passaram a ser considerados **desenvolvidos** os países com grande acumulação de riquezas, elevado padrão de vida, domínio tecnológico e significativa influência na economia mundial. Já o grupo dos **subdesenvolvidos** englobou os países mais atrasados economicamente, dependentes de tecnologia estrangeira e com elevados níveis de pobreza.

Essa classificação atualmente é criticada por se entender que a denominação **países subdesenvolvidos** traria embutida a noção de que esses países conse[illegible]ar o estágio de subdesenvolvimento e atingir o n[illegible]dos países considerados modelo. Por [illegible]as propostas para classificar o nível de desenvo[illegible] países com base em critérios mais dive[illegible]

PLANISFÉRIO: PAÍSES DESENVOLVIDOS (1950)

Observação

O conteúdo desta página possibilita o desenvolvimento de aspectos das habilidades **EF08GE09** e **EF08GE19**.



Países do Norte e países do Sul

Com o fim da Guerra Fria e da bipolarização entre Estados Unidos e União Soviética, as contradições econômicas e sociais entre os países desenvolvidos e os países subdesenvolvidos tornaram-se mais evidentes, acirrando a relação entre eles.

Nesse novo cenário internacional, criou-se outra regionalização para o mundo. De acordo com o nível de desenvolvimento, as nações foram classificadas em países do Norte e países do Sul.

Essa classificação foi criada considerando o fato de que o hemisfério norte concentra a maior parte dos países que até então faziam parte do Primeiro e do Segundo Mundo, enquanto o hemisfério sul abriga a maioria dos países do Terceiro Mundo, considerados subdesenvolvidos.

Essa regionalização não utiliza a linha do Equador como divisória entre Norte e Sul. A Austrália e a Nova Zelândia, por exemplo, situadas no hemisfério sul, foram agregadas ao Norte em função da similaridade de suas condições de vida e de desenvolvimento econômico às das nações desenvolvidas.

Por outro lado, no hemisfério norte há vários países considerados pobres ou subdesenvolvidos, principalmente na Ásia. Por esses motivos, a divisão do mundo em países do Norte e países do Sul caiu em desuso.

A regionalização do mundo em Norte-Sul gera imprecisões na classificação dos países, pois há muitas diferenças econômicas e sociais entre eles. Atualmente, países ex-socialistas, como o Cazaquistão, o Turcomenistão, o Quirquistão, o Tadjiquistão e o Uzbequistão, apresentam problemas sociais comparáveis aos dos países do Sul.

PLANISFÉRIO: PAÍSES DO NORTE E PAÍSES DO SUL

Orientações

Embora a divisão do mundo em países desenvolvidos e países subdesenvolvidos considere indicadores sociais em seus critérios, há outra proposta que prioriza a pobreza e a riqueza como diferenças fundamentais entre os países e relaciona esse dado à localização geográfica, estabelecendo, assim, dois grupos: países do Norte e países do Sul (sem considerar a linha do Equador).

A controvérsia está exatamente na localização geográfica, porque a linha Norte-Sul se situa quase inteiramente [illegible] do Trópico de Câncer [illegible] maioria dos países [illegible] Norte" está [illegible] Temperada, e [illegible] países do Hemisfério [illegible] agrupados sob [illegible] denominação "países do Sul". Há, também, o oposto: Austrália e Nova Zelândia localizam-se ao sul do Trópico de Capricórnio, mas integram os "países do Norte". Essas questões acabaram levando ao desuso a regionalização do mundo em Norte e Sul.

Observação

O conteúdo [illegible] possibilita o desenvolvimento de aspectos das habilidades **EF08GE05**, **EF08GE07**, **EF08GE09** e **EF08GE19**.

▶ **Texto complementar**

No texto a seguir, o autor uruguaio Eduardo Galeano traça um breve panorama histórico da expropriação das riquezas da América Latina.

É a América Latina, a região das veias abertas. Do descobrimento aos nossos dias, tudo sempre se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal se acumulou e se acumula nos distantes centros do poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar foram sucessivamente determinados, do exterior, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo. Para cada um se atribuiu uma função, sempre em benefício do desenvolvimento da metrópole estrangeira do momento, e se tornou infinita a cadeia de sucessivas dependências, que têm muito mais do que dois elos e que, por certo, também compreende, dentro da América Latina, a opressão de países pequenos pelos maiores seus vizinhos, e fronteiras adentro de cada país, a exploração de suas fontes internas de víveres e mão de obra pelas grandes cidade[s] e portos (há quatro séc[ulos] haviam nascido dez[...] 20 cidades latino[...] atualmente m[...]

Para os [...] História c[...] o atraso e[...] Latina n[...] não o res[...] Perdemos[...] Mas aquel[...] só puderam [...] perdemos: a hist[...] desenvolvimento da [...] Latina integra, como já foi dito, a história do desenvolvimento do capitalismo mundial.

[...]sso derrota esteve sempre implícita na vitória dos outros. Nossa riqueza sempre gerou nossa pobreza por [...]ir a prosperidade alheia: os impérios e seus beleguins nativos. [...]

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Tradução: Sergio Faraco. Porto Alegre: LP&M, 2010. Introdução.

A regionalização por critérios históricos, culturais e socioeconômicos

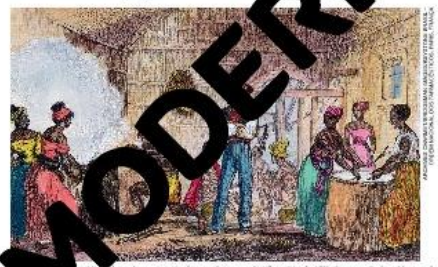
Uma das principais regionalizações do continente americano tem como base a origem dos colonizadores, a cultura e o desenvolvimento econômico dos países. Essa proposta divide o continente em América Latina e América Anglo-Saxônica.

América Latina

Sob o nome de **América Latina**, foram inicialmente agrupadas as sociedades em que a língua oficial dominante tem origem no latim, como o português e o espanhol. Portugueses e espanhóis foram os principais colonizadores da porção continental, cujo território compreende desde o México até o sul da América do Sul.

A América Latina, contudo, também abrange países onde se fala inglês, como a Jamaica, ou holandês, como o Suriname. Isso acontece porque o critério passou a levar em conta outros aspectos, como predominância da religião católica e desequilíbrio das condições socioeconômicas da população, boa parte da qual vive abaixo da linha [...] pobreza.

Os países da América Latina caracterizam-se, em geral, pelo baixo n[...] volvimento econômico. Muitos deles produzem e exportam matérias-primas [...] ou minerais para países considerados mais desenvolvidos e import[...] produtos industrializados. Apesar disso, alguns países latino-americanos, com[...] Argentina e o México, têm importantes parques industriais e econom[...] extrapartida, países como Haiti, Honduras e Nicarágua têm economia b[...] em produtos primários, como minérios e itens agropecuários.



[...]s Hippolyte. *A preparação de mandioca nas Antilhas*. Século XIX. Gravura. Ordem Nacional dos F[...]icos, Paris, França. Na América Latina prevaleceu a colonização pautada na escravização de povos indígenas e de [...], na extração de recursos minerais e vegetais e em grandes plantações monoculturas voltadas ao mercad[...]. A gravura retrata a produção de farinha de mandioca com mão de obra escravizada nas Antilhas.

Observações

O conteúdo apresentado contribui para o trabalho com aspectos das habilidades **EF08GE01** e **EF08GE24**. A imagem da página possibilita um trabalho com a habilidade **EF08GE04**, pois retrata a escravização em uma colônia latino-americana.

Atividades

Faça as atividades no caderno.

1. Quais são os dois critérios mais comuns de regionalização do continente americano?
2. Quais características marcam o continente, considerando a sua extensão norte-sul?
3. Quais potências europeias iniciaram a colonização da América? Em que século isso ocorreu?
4. Leia o texto, observe a imagem e faça o que se pede.

Québec é banhada pelo majestoso Rio Saint-Laurent [...]. Foi fundada em 3 de julho de 1608, pelo francês Samuel de Champlain e, por causa das colônias francesas na era colonial do país, existe a influência francesa em Québec, sendo o idioma francês a sua língua oficial.

As muralhas que cercam a parte antiga da cidade (Vieux Québec) foram declaradas Patrimônio da Humanidade pela UNESCO.

RIBEIRO, Allan. Conheça Quebec. *Vista Mundo*, 11 jan. 2021. Disponível em: https://vitra-mundo.com/pt/noticia/post/conheca-quebec-uma-das-cidades-com-melhor-educacao-e-seguranca-do-canada. Acesso em: 12 ago. 2022.

Construção histórica com arquitetura inspirada em antigos castelos franceses localizada em Quebec, Canadá (2021).

Responda às questões.

a) Em qual país se l[...]za a cidade [...]esentada? De ac[...]om a re[...]ão da América [...]critérios h[...]turais e socioeconômicos [...]do contin[...]?

b) [...]es da província [...]do país?

5. Faça a leitura do trecho a seguir.

O Brasil vai ultrapassar os Estados Unidos como maior produtor mundial de soja na próxima década, enquanto o aumento da produção de milho será impulsionado principalmente pela América Latina, de acordo com o novo relatório Perspectivas Agrícolas 2017-2026 [...], publicado pela OCDE e a FAO.

FAO. *Perspectivas agrícolas OCDE-FAO: Brasil vai ultrapassar os Estados Unidos como o maior produtor de soja até 2026*, Santiago do Chile, 10 jul. 2017. Disponível em: http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/1002180. Acesso em: 24 mar. 2022.

O cultivo em grande escala do grão mencionado no trecho da reportagem contribui, principalmente, para a devastação de quais tipos de vegetação nos Estados Unidos e no Brasil?

6. Caracterize a diversidade de povos e culturas presente no continente americano.
7. No lugar onde você mora, é possível observar quais influências de grupos americanos?
8. Com base no que foi discutido sobre a Am[...]rica, elabore um mapa, ilustrando a princ[...] língua falada em cada país do con[...]. Para isso, acompanhe as orientações a seguir.
   - Utilize como base um ma[...] continente americano. O [...] acessado no site do IBGE, dis[...] https://atlasescol[...] atlas/mapas_mu[...] continentes po[...] em: 24 [...]2022.
   - Reproduza em um [...] avulso o contorno do co[...] territ[...] países [...] com[...]em.
   - Atr[...] uma cor a [...] uma das línguas fa[...] contin[...] americano. Para isso, [...]posto na sequência in[...] do a principal língua dos países do [...]
   - [...]te país com a cor para representar [...] língua falada em seu território. Aqueles países que possuem mais de uma língua

terras e à fusão [...] contintes, como os colonizadores europeus e os africanos trazidos na condição de escr[...]

7. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes reflitam sobre suas respectivas influências; por isso, será interessante, se considerar oportuno, realizar um debate sobre o respeito à diversidade de culturas.

8. Professor, trata-se de uma atividade de elaboração de mapa. Se julgar necessário, acompanhe a produção auxiliando os estudantes nessa composição. É necessário esclarecer a eles que, em muitos países, há mais de uma língua amplamente falada pela população, caso daqueles que possuem grande parcela de povos indígenas, como Bolívia e Peru. Os dados do quadro inserido na atividade são apenas um recorte das principais línguas faladas em cada país. Esta atividade, ao exigir dos estudantes que elaborem um mapa de um contexto cultural do continente americano, contempla a habilidade **EF08GE18**.

Seção Atividades

▶ **Objetos de conhecimento**

- *Distribuição da população mundial e deslocamentos populacionais.*
- *Diversidade e dinâmica da população mundial e local.*
- *Cartografia: anamorfose, croquis e mapas temáticos da América e África.*
- *Diversidade ambiental e as transformações nas paisagens na América Latina.*

▶ **Habilidades**

Esta seção possibilita trabalhar aspectos relacionados às habilid[...]

- **EF08G[...]** [...], 3, [...]
- **EF0[...]** (atividade 6)
- **EF[...]** (atividade 8)
- **E[...]** (atividade 9)
- **EF08GE24** (atividade 5)

▶ **Respostas**

1. Os critérios mais comuns são os que levam em conta os aspectos geográficos (dividindo o continente em América do Norte, América Central e América do Sul) e aspectos históricos, culturais e socioeconômicos (dividindo-o em América Latina e América Anglo-Saxônica).
2. Graças a essa grande extensão, o continente é marcado pela variedade de climas, solos e formações vegetais.
3. Espanha, Portugal, Inglaterra, Países Baixos e França. Nos séculos XV e XVI.
4. a) No Canadá, país da América Anglo-Saxônica.
   b) O leste canadense foi colonizado pela França e herdou traços da cultura e da arquitetura francesas. Nessa região fala-se francês, língua considerada um dos idiomas oficiais do Canadá graças aos hábitos da província de Quebec.
5. Pradarias nos Estados Unidos e Cerrado no Brasil.
6. A diversidade de povos e culturas no continente americano está associada aos variados povos já existentes nessas

MODERNA
MODERNA